

RESUMO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS - MANUTENÇÃO PREDIAL						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL	TOTAL MENSAL
1	Serviços Contínuos de Operação e Manutenção - Equipe Permanente de Manutenção				R\$	189.539,21 A
1.1	Responsável Técnico (Engenheiro - Civil ou Eletricista)	Mês	1	R\$ 18.635,32	R\$ 18.635,32	
1.2	Encarregado Geral	Mês	1	R\$ 14.407,19	R\$ 14.407,19	
1.3	Encarregado Setorial	Mês	2	R\$ 8.975,19	R\$ 17.950,38	
1.4	Técnico em Telefonia e Rede	Mês	2	R\$ 6.461,33	R\$ 12.922,67	
1.5	Marceneiro	Mês	2	R\$ 6.483,43	R\$ 12.966,87	
1.6	Pintor	Mês	1	R\$ 5.999,06	R\$ 5.999,06	
1.7	Pedreiro	Mês	1	R\$ 5.999,06	R\$ 5.999,06	
1.8	Bombeiro Hidráulico	Mês	2	R\$ 6.967,81	R\$ 13.935,62	
1.9	Técnico Eletricista	Mês	2	R\$ 7.237,08	R\$ 14.474,16	
1.10	Técnico em Operação e Manutenção de Ar Condicionado	Mês	3	R\$ 7.512,80	R\$ 22.538,40	
1.11	Piscineiro	Mês	1	R\$ 4.714,05	R\$ 4.714,05	
1.12	Auxiliar de Manutenção Predial	Mês	7	R\$ 4.714,05	R\$ 32.998,32	
1.13	Jardineiro	Mês	2	R\$ 5.999,06	R\$ 11.998,11	
2	Disponibilização de ferramentas e equipamentos				R\$	587,35 B
2.1	Disponibilização de Ferramentas e Equipamentos	Mês	1	R\$ 562,07	R\$ 562,07	
2.2	Rádios Comunicadores	Mês	4	R\$ 6,32	R\$ 25,28	
3	Materiais para Manutenção SOB DEMANDA				R\$	48.921,75 C
3.1	Materiais sob demanda para manutenção	Mês	1	R\$ 48.921,75	R\$ 48.921,75	
4	Serviços Eventuais de Manutenção SOB DEMANDA				R\$	43.569,09 D
4.1	Serviços eventuais de manutenção sob demanda	Mês	1	R\$ 43.569,09	R\$ 43.569,09	
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos ( BDI - Módulo 6)					
6.1	Despesa Administrativa		2,50%			7.065,44 E
6.2	Lucro		5,2000000%			15.063,51 F
						22.128,95
6.3	Impostos Sobre o Faturamento		14,25%	T0	Vt	R\$ 50.642,98
6.3.1	ISS	5,00%				
6.3.2	PIS	1,65%				
6.3.3	COFINS	7,60%				
Fórmula para encontrar o valor mensal estimado dos serviços (P1) e Valor Total dos Tributos (Vt)						
$P0 = (A + B + C + D + E + F)$						
$P1 = P0 + Vt$						
$Vt = T0 \times P1$						
$P1 = P0 / (1 - T0)$						
TOTAL GERAL MENSAL ESTIMADO					P1	R\$ 355.389,33
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES						R\$ 4.264.671,96
					BDI	25,75%

Observações:	
1	O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real.
2	Na formulação de sua proposta, a licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto.
3	Com fundamento no art. 16 da Lei nº 9.779/1999, art. 2º do Decreto nº 6.022/2007 e art. 4º IN RFB nº 1252/2012, as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão apresentar os recibos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – EFD – Contribuições, relativos aos 12 (doze) meses correspondentes ao Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, de que trata o Capítulo XV do Edital, sendo que a receita bruta calculada a partir dos recibos, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 9.718/1998, no art. 12 do Decreto Lei nº 1.598/1977 e art. 26 da IN RFB nº 1911/2209, deverá guardar compatibilidade com as demonstrações apresentadas.
4	As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e Cofins deverão comprovar que as alíquotas dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela administração pública refitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária. A comprovação de que trata este item poderá ser feita pelo cálculo da média dessas contribuições dos últimos 12 (doze) meses disponíveis, mediante a apresentação dos recibos de entrega de escrituração fiscal digital (EFD / SPED), ou, pelo cálculo da média dos recibos de que trata o item anterior.
5	Nos termos da Decisão TCDF nº 544/2010 as parcelas referentes à Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e ao Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) devem ser incluídas na rubrica Lucro Bruto. Nesse sentido, as licitantes que elaborarem sua proposta utilizando o regime de tributação pelo lucro presumido, tendo em vista que nesse regime as bases de cálculo de incidência do IRPJ e da CSLL são fixadas em lei (Receita Bruta – Faturamento), deverão assegurar que o valor atribuído ao Lucro Bruto seja suficiente para arcar com as despesas desses tributos, conforme critério de aceitabilidade constante do Anexo XII do Edital.
6	Nas planilhas constantes do presente orçamento não foi considerada a opção pela contribuição previdenciária substitutiva (CPRB) para o setor de construção civil e de construção civil de obras de infraestrutura, conforme os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011 (Plano Brasil Maior), devendo as licitantes observarem tal questão quando da elaboração de suas propostas e detalhamento do BDI.
7	No que tange à alíquota referente ao ISS favor observar ainda os seguintes dispositivos do Decreto Distrital nº 25.508/2005: Art. 8, §11, Art. 38, inciso I, alínea “g”, Art. 44, Art. 45, Art. 72, e Anexo I – código 7.05.

8	Os serviços referentes a presente contratação são feitos mediante a cessão efetiva de mão de obra dos postos dos serviços de manutenção predial. Frise-se que, nos termos do art. 17, inciso XII da Lei Complementar nº 123/2006, essas atividades não permitem o recolhimento de impostos na forma do Simples Nacional. Dessa forma, caso a licitante seja optante pelo regime do Simples Nacional, essa deverá elaborar suas planilhas considerando outro regime de tributação, e, em caso de efetiva contratação, desenquadra-se, conforme previsto no item 9 do Anexo I deste Edital.
9	A equipe de serviço, prevista no Anexo II do presente edital, já se encontra adequadamente dimensionada para as necessidades de realização dos serviços contínuos de manutenção predial, uma vez que, para a definição do dimensionamento do tamanho da equipe especializada, foram consideradas: as especificações; as características técnicas reais dos serviços a serem executados; as experiências; e os parâmetros aferidos e resultantes das contratações anteriores desta Corte de Contas. Além disso, para fins de manutenção dos princípios da isonomia e do julgamento objetivo do certame, é expressamente proibida a alteração do quantitativo de postos previstos neste Termo de Referência e demais anexos.
10	No preenchimento da proposta pela licitante, favor <b><u>observar todo o conteúdo do presente edital e respectivos Anexos.</u></b>
11	Nos termos dos arts. 40, X e 48, II da Lei nº 8.666/93 os preços globais máximos para os serviços a serem aceito são os constantes desse Anexo.